

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG101-I

Alguns idiomas fictícios foram criados especialmente para a série **Game of Thrones**. Daí surgiram palavras e expressões bem conhecidas pelos fãs, como “dracarys” – palavra que a personagem Daenerys Targaryen (Emilia Clarke) usa para mandar seus dragões cuspirem fogo. A palavra faz parte do alto valiriano, uma língua muito presente no decorrer da trama dos Targaryen e que apareceu de novo em **House of the Dragon**, *spin-off* de **Game of Thrones**.

A Antiga Valíria era um antigo império localizado em Essos, continente a leste de Westeros. Ela é pouco mencionada na série, pois não existe mais, mas sua língua (o alto valiriano) ainda é usada por uma elite seleta. Seria como falar latim clássico na Europa medieval.

Segundo **As Crônicas de Gelo e Fogo**, livros escritos por George R. R. Martin que inspiraram a série, o alto valiriano não seria uma linguagem de comunicação cotidiana, mas utilizada pela nobreza na literatura e na música. Ao longo do tempo, o idioma originou dialetos simplificados, falados em várias regiões, como o baixo valiriano, sendo possível traçar um paralelo com o latim clássico e o latim vulgar. Daenerys, inclusive, domina e usa estrategicamente ambas as variações.

No alto valiriano, idioma do mundo de GOT, diferentemente do português, há quatro gêneros gramaticais, divididos entre lunares, solares, terrestres ou aquáticos. Nomes que se referem a humanos são geralmente lunares; profissões e partes do corpo, solares; alimentos e plantas são terrestres; e os líquidos são aquáticos.

Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias e construções linguísticas do texto CG101-I, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com as informações do texto, o alto valiriano é um idioma fictício que, inspirado no latim clássico, foi criado especialmente para a série **Game of Thrones**.
- 2 No segundo período do segundo parágrafo, os vocábulos “pois” e “mas” introduzem, respectivamente, orações com sentido explicativo e adversativo.
- 3 Entende-se da leitura do texto que uma das diferenças observadas entre a língua fictícia de GOT, o alto valiriano, e o português é a flexão de gênero dos substantivos.
- 4 A correção do texto seria mantida caso a expressão “a leste de Westeros” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse reescrita com acento indicativo de crase — **à leste de Westeros**.

Acerca dos sentidos e aspectos linguísticos do texto CG101-I, julgue os itens que se seguem.

- 5 No primeiro parágrafo, o trecho “uma língua ... **House of the Dragon**” (terceiro período) está entre vírgulas porque funciona como aposto explicativo do termo “alto valiriano”.
- 6 A substituição do trecho “para mandar seus dragões cuspirem fogo” (segundo período do primeiro parágrafo) por **para ordenar que seus dragões cusparam fogo** manteria a correção gramatical, os sentidos e a coerência do texto.
- 7 O pronome “Ela” (segundo período do segundo parágrafo) retoma, por coesão, “**House of the Dragon**” (último período do primeiro parágrafo).
- 8 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados caso a vírgula empregada logo após o vocábulo “corpo” (último período do quarto parágrafo) fosse eliminada.
- 9 O último período do segundo parágrafo expressa uma suposição.

#### Texto CG101-II

É inquestionável que um importante marco da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) foi o conceito de educação básica composta por três etapas, que devem estar organizadas de forma orgânica e articulada. De acordo com Cury (2002), “a educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”.

Para que esse conceito se efetive, é fundamental a intervenção do Estado, com a participação da sociedade civil, por meio de políticas — programas e projetos — definidas em um planejamento, que leve em conta a análise estratégica da realidade como um todo e em cada situação específica.

Nesse entendimento, dilemas presentes na educação básica brasileira necessitam ser confrontados: desigualdades econômicas, sociais, culturais e de cor ou raça, bem como desequilíbrios regionais.

Ana Maria de Albuquerque Moreira. **Dilemas e desafios para a consolidação da educação básica no Brasil**. In: Maria Zélia Borba Rocha; Nara Maria Pimentel (Orgs.). **Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, p. 230 - 31 (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto CG101-II, julgue os itens subsequentes.

- 10 Entende-se da leitura do texto que a educação básica deve ser efetivada pelo Estado com a participação da sociedade civil.
- 11 Segundo a autora do texto, para que haja efetivação do conceito de educação básica, é necessário que as desigualdades sociais, econômicas, de raça ou cor sejam enfrentadas.
- 12 Estariam preservados o sentido e a correção gramatical do texto caso a palavra “estratégica” (segundo parágrafo) fosse substituída por **tática**.

- 13 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o pronome “se”, em “se efetive” (segundo parágrafo), estivesse posposto à forma verbal — **efetive-se**.

A respeito dos poderes e atos administrativos, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- 14 Os atos administrativos negociais conjugam um pedido de consentimento do particular e uma declaração da administração pública, a exemplo da licença.
- 15 A aplicação de multa é exemplo de ato administrativo decorrente do poder de polícia da administração pública, dotado de autoexecutoriedade e passível de delegação.
- 16 No âmbito da autotutela da administração pública, a anulação de ato administrativo que afete interesses individuais não prescinde da observância do contraditório.

No que concerne à organização administrativa do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 17 A criação e a extinção de uma agência reguladora é efetivada por meio de decreto privativo do chefe do Poder Executivo.
- 18 A desconcentração constitui fenômeno interno revelada por meio do desmembramento de órgãos da administração pública para melhora na estrutura organizacional, sem prejuízo da centralização da atuação do Estado.
- 19 Agência executiva é uma categoria específica de pessoa jurídica integrante da administração pública indireta que, assim como as autarquias e fundações, é dotada de autonomia de gestão e disponibilidade de recursos financeiros próprios.

Acerca do controle da administração pública e da responsabilidade civil do Estado, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

- 20 O controle exercido pelos ministérios sobre pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta denomina-se supervisão ministerial e denota modalidade de controle externo por subordinação.
- 21 O Estado responde objetivamente pelos danos ocasionados a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
- 22 Prevalece no ordenamento jurídico brasileiro, no tocante à responsabilização civil do Estado, a teoria do risco integral.

Julgue os itens a seguir, considerando a literatura jurídica e a jurisprudência sobre os princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 23 A publicidade dos atos processuais só poderá ser restringida quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- 24 Segundo entendimento jurisprudencial, pode um município proibir o serviço de transporte de passageiro individual por meio de aplicativos.
- 25 Embora reconhecida como um dos princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana é uma construção jurisprudencial que não tem previsão constitucional expressa.

Nos termos do disposto na CF sobre a organização do Estado e a administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 26 Tanto a União, como os estados, o Distrito Federal e os municípios devem cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- 27 Caso um cargo público ocupado seja extinto ou que seja declarada a sua desnecessidade, o servidor estável que o ocupar será exonerado e receberá indenização proporcional ao tempo de serviço.
- 28 Na CF, a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos é absoluta.

Com base nas disposições constitucionais a respeito do Poder Judiciário, das funções essenciais à justiça e entendimento jurisprudencial da CF, julgue os itens a seguir.

- 29 O estatuto da magistratura deve ser instituído por lei ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
- 30 O salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial, salvo nos casos previstos na CF.
- 31 Na CF, são previstas, como funções essenciais à justiça, não apenas o Ministério Público, mas também a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

Considerando a ética, a moral, os princípios e valores, julgue os itens subsecutivos.

- 32 A falta de rigidez de valores e padrões, a heterogeneidade cultural e a diversidade política são características da denominada modernidade líquida, no conceito criado por Zygmunt Bauman.
- 33 As tradições de uma determinada coletividade influenciam a formação dos seus valores morais.
- 34 O estudo da ética está interligado à análise dos hábitos e dissociado das normas de conduta existentes em uma sociedade.

Julgue os itens a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

- 35 O terceiro que receber vantagem econômica, de qualquer natureza, para fazer declaração verdadeira sobre medida de mercadorias fornecidas a órgão público da administração direta responde por improbidade administrativa.
- 36 A voluntariedade da conduta do agente é condição suficiente para a tipificação do ato de improbidade.

Julgue os próximos itens, considerando a ética, o exercício da cidadania e da função pública.

- 37 A cidadania é um dos objetivos a ser perseguido pelo Estado no desenvolvimento da educação.
- 38 O exercício da cidadania está vinculado exclusivamente aos direitos reconhecidos em favor da pessoa humana em face da comunidade na qual está inserida.

Com base nas disposições da Lei n.º 16.309/2018 do Estado de Pernambuco, julgue os itens seguintes.

- 39 A competência para instauração do procedimento de investigação preliminar é do Procurador Geral de Justiça.
- 40 A comissão responsável por conduzir o procedimento de investigação preliminar deverá concluir a investigação no prazo de 60 dias, que poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.
- 41 É vedada a subdelegação da competência para instauração do procedimento de investigação preliminar.

---

Julgue os itens subsequentes, com relação aos objetivos, às diretrizes e às bases da educação nacional.

- 42** Constituinte o ensino religioso disciplina dos horários normais da escola pública, a dispensa dos alunos ficará a cargo do professor.
- 43** A educação, além do pleno desenvolvimento da pessoa, tem por objetivo a sua qualificação para o trabalho.

---

A respeito da inclusão da pessoa com deficiência e do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens subsecutivos.

- 44** Ao acompanhante de pessoa com deficiência serão conferidos os mesmos direitos deste no que diz respeito ao atendimento prioritário.
- 45** Mediante suprimento da vontade, a pessoa com deficiência poderá ser obrigada a tratamento forçado.

---

Acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino e das operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, julgue os itens a seguir.

- 46** A obrigação de o ensino médio assegurar a função formativa para os estudantes está restrita aos adolescentes.
- 47** A proposta pedagógica das unidades escolares de ensino médio deverá traduzir aquela construída coletivamente.

---

Julgue os próximos itens, a respeito da Reforma do Ensino Médio, do Plano Estadual de Educação do Estado de Pernambuco e do regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Pernambuco.

- 48** É obrigação da União transferir recursos aos Estados e ao Distrito Federal para o atendimento de todas as escolas públicas de ensino médio em tempo integral.
- 49** Se um servidor reingressar no serviço público estadual, ante a insubsistência dos motivos da aposentadoria, é lícito que seja designado para cargo em comissão.
- 50** A conscientização acerca dos riscos da utilização de mídias sociais e jogos eletrônicos está entre as diretrizes do Plano Estadual de Educação.

---

**Espaço livre**

---

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Julgue os itens seguintes, a respeito das funções da administração e de sua evolução.

- 51** A administração por objetivos, bastante utilizada no decorrer dos anos 1960 e 1970, favoreceu a melhoria dos padrões de desempenho e o dinamismo na condução da estrutura organizacional, mas falhou ao primar pela quantidade de atividades dos colaboradores em detrimento da qualidade das ações envolvidas.
- 52** Após a Reforma do Aparelho do Estado, ocorrida no Brasil nos anos 90 do século XX, passaram a ser adotados elementos mais flexíveis da administração gerencial, mantendo-se, entretanto, a centralização de funções e a verticalização de estruturas com vistas à busca de mais eficiência e qualidade dos serviços ofertados ao cidadão.
- 53** Caso uma instituição educacional queira agrupar suas unidades de atendimento por áreas de conhecimento, adotando a departamentalização como abordagem divisional, haverá replicação dos tipos de órgãos funcionais nas diversas unidades.
- 54** O processo de planejamento organizacional compreende o estabelecimento de metas bem como a maneira de alcançá-las, englobando um processo participativo com o maior número possível de colaboradores que possam contribuir em sua elaboração e implantação.
- 55** No que diz respeito à metodologia *balanced scorecard*, é correto afirmar que um objetivo estratégico direcionado à capacitação de empregados para o desenvolvimento de capacidades técnicas integra a perspectiva de processos internos.

Acerca dos processos de descentralização e delegação, dos sistemas de desempenho organizacional e dos processos de gestão de pessoas, julgue os próximos itens.

- 56** Configura descentralização de autoridade o ato de um diretor de determinada instituição atribuir a um supervisor, por meio de uma ordem de serviço formal, a tarefa de abertura e fechamento do prédio, bem como a responsabilização pelos eventuais problemas dela decorrentes.
- 57** Um processo de avaliação de desempenho eficaz possibilita a identificação de falhas e permite a correção dos direcionamentos estratégicos, sendo importante focar o reforço do bom desempenho dos colaboradores para que se evite sua desmotivação.
- 58** A tecnologia da informação tem facilitado o processo de recrutamento externo, o que se evidencia pela possibilidade de criação de bancos de dados formados de currículos funcionais, assim como tem favorecido o recrutamento interno, dada a criação de banco de talentos internos às organizações.
- 59** Instituições que utilizam a gestão por competências para mensurar o desempenho organizacional devem identificar as competências essenciais ao seu crescimento, reconhecer as competências já existentes e priorizar a contratação de novos colaboradores para suprir as competências faltantes.
- 60** No processo de seleção de um empregado para atuar em atividades de tecnologia da informação, a entrevista comportamental é a mais viável para identificar as competências apresentadas pelo candidato em relação ao cargo pleiteado.

Julgue os itens seguintes, no que se refere à gestão da qualidade e ao modelo de excelência gerencial.

- 61** No programa Gespública, a desregulamentação de normas que interferem excessivamente nas relações de direitos e obrigações entre os cidadãos e o Estado, bem como a simplificação de processos e rotinas que geram fluxos desconexos na tramitação de documentos são vertentes da desburocratização.
- 62** O desenvolvimento de uma visão sistêmica é uma das premissas da era da qualidade total para a integração das ações dos colaboradores, das informações e do uso de máquinas e equipamentos.
- 63** Entre os princípios de Deming, inclui-se o preceito de que a qualidade total requer o empenho de todos para a concretização da transformação, devendo-se priorizar a realização dos trabalhos departamentais independentes nas diversas áreas organizacionais — de pesquisa, de projeto ou de produção.

Em relação aos aspectos de gestão de projetos e de processos, julgue os itens subsequentes.

- 64** Se, na realização de um projeto, tenham sido gastos valores bem abaixo do planejado, então é correto concluir que houve um grande sucesso na condução desse projeto.
- 65** As distintas fases de um projeto envolvem atividades que se relacionam de maneira lógica, com vistas à conclusão de uma ou mais entregas, podendo a duração e os esforços de cada fase variar conforme a complexidade da atividade desenvolvida.
- 66** As técnicas de análises para a avaliação do modo de operação dos processos, utilizadas com fundamentação em fatos e documentos, permitem a tomada de decisões para a melhoria das operações e o alcance de benefícios imediatos à organização.
- 67** Na abordagem por processos, o processo de gerenciamento tem o propósito de mensurar e controlar as atividades administrativas, visando à agregação de valores diretamente ao cliente.

Determinada autarquia estadual pretende celebrar acordo com entidade privada sem fins lucrativos, visando à transferência de recursos financeiros para a execução de programa de governo, envolvendo a realização de serviço de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. Para tanto, com base no princípio da impessoalidade, a autarquia lançou edital de chamamento público para selecionar projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, bem como a Constituição Federal de 1988 (CF) e o Decreto n.º 6.170/2007, julgue os itens que se seguem.

- 68** Após a celebração do ajuste, a entidade privada sem fins lucrativos selecionada será denominada conveniente.
- 69** Por ter personalidade jurídica de direito público, a autarquia integra a administração pública direta.
- 70** A fundamentação utilizada pela autarquia qual seja, a impessoalidade — princípio expressamente previsto na CF e aplicável aos entes públicos — está correta.
- 71** O acordo que a autarquia pretende firmar é o convênio.
- 72** A autarquia agiu incorretamente, pois deveria selecionar projetos ou entidades por meio de licitação, e não de chamamento público.

Ana, servidora pública com cargo comissionado, praticou irregularidade funcional. Caio, chefe de Ana, aplicou-lhe penalidade de suspensão de 30 dias. Inconformada, Ana apresentou recurso administrativo dirigido a Caio, visando impugnar a decisão com base no princípio da razoabilidade, por entender que a punição foi desproporcional em face do ato praticado. Além disso, Ana alegou que não poderia ser punida, porquanto os servidores comissionados não se sujeitam ao processo disciplinar.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 73** A punição aplicada a Ana configura exercício do poder de polícia.
- 74** A razoabilidade é um princípio da administração pública expressamente previsto na Constituição Federal.
- 75** A alegação de Ana está errada, uma vez que o processo administrativo disciplinar (PAD) serve para investigar e punir agentes públicos que cometam infrações à ordem jurídica.
- 76** O recurso apresentado por Ana não poderá ser aceito, pois, segundo a Lei nº 11.781/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública pernambucana, o recurso administrativo deve ser dirigido à autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

Maria, servidora pública e ordenadora de despesa de determinado órgão público, permitiu a realização de despesas não autorizadas em regulamento. Com base nisso, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra Maria.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 77** O ajuizamento da ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público é exemplo de controle administrativo.
- 78** O Ministério Público agiu corretamente, porquanto o ato de Maria configura improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Considerando as atribuições e responsabilidades do presidente da República e do Congresso Nacional, julgue os itens a seguir.

- 79** É competência exclusiva do Congresso Nacional a aprovação, em até trinta dias, do estado de defesa, da intervenção federal e do estado de sítio decretados pelo presidente da República.
- 80** É de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar que o vice-presidente da República, quando interessado, se ausente do país por mais de 15 dias.
- 81** Sujeita-se a crime de responsabilidade o ministro de Estado que se recusa a prestar informações requeridas por qualquer das casas do Congresso Nacional.
- 82** Compete privativamente ao presidente da República nomear os integrantes do Conselho da República.

Julgue os próximos itens, a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI).

- 83** A CPI possui poderes de investigação próprios, nos quais não estão incluídos os reservados às autoridades judiciais.
- 84** As CPI destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.
- 85** A constituição da CPI depende de deliberação conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 86** Quando votada a sua criação, a CPI sujeita-se a quórum de maioria qualificada.

Acerca das normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue os itens subsequentes.

- 87** As normas de eficácia plena são sempre exequíveis por si sós.
- 88** As normas de eficácia contida diferem das de eficácia plena no que diz respeito à aplicabilidade imediata e irrestrita.
- 89** As normas de eficácia limitada demandam regulamentação futura e, caso haja omissão do poder público em sua função legislativo-regulamentadora, autorizam o ajuizamento de mandado de injunção.

No que se refere à legislação estadual pernambucana, julgue os itens que se seguem.

- 90** Acordo de leniência celebrado pela administração pública com pessoas jurídicas responsáveis pela prática de ato lesivo não as exime da reparação integral do dano causado.
- 91** A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de responsabilização é exclusiva do secretário da Secretaria da Controladoria Geral do Estado.
- 92** As pessoas jurídicas de direito privado que celebrem contratos administrativos com a administração pública estadual pernambucana, salvo as organizações sociais, devem implantar programa de integridade, conforme prevê a Lei nº 16.722/2019.
- 93** A validade do certificado de regularidade do programa de integridade é de 2 anos.
- 94** A não consumação do ato lesivo praticado por pessoa jurídica contra a administração pública impede a responsabilização administrativa.

No que tange à legislação estadual relativa ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), julgue os itens seguintes.

- 95** A jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco atinge os herdeiros dos administradores e responsáveis pela aplicação dos recursos tributários arrecadados pelo estado e entregues aos municípios, até o limite do valor do patrimônio transferido pela herança.
- 96** O ressarcimento integral do dano, incluindo-se os gravames legais, ou a reposição do bem pelos responsáveis, feito antes do encaminhamento ao TCE/PE, é causa de arquivamento das tomadas de contas especiais.
- 97** No processo de tomada de contas no âmbito do TCE/PE, o conselheiro-presidente adotará medida cautelar, em caso de urgência, diante da plausibilidade do direito invocado e do fundado receio de grave lesão ao erário.
- 98** A declaração de inidoneidade proferida pelo TCE/PE inabilitará os responsáveis para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança pelo prazo de até 5 anos.

Ainda no que se refere à legislação estadual de Pernambuco, julgue os itens subsequentes.

- 99** O governo do estado de Pernambuco pode autorizar o parcelamento dos créditos não tributários, desde que não haja vedação legal, estejam eles inscritos ou não em dívida ativa, em até 60 parcelas mensais e consecutivas.
- 100** Para o oferecimento de impugnação da lavratura do termo de constituição de crédito não tributário do estado de Pernambuco, faz-se necessária a garantia do valor da cobrança exigida.

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

- 101** O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas.
- 102** O orçamento público é um processo dinâmico que evoluiu com o tempo; no percurso histórico, o orçamento moderno ficou conhecido por ser um instrumento de controle, com vistas a avaliar *vis-à-vis* as receitas e as despesas.
- 103** De acordo com o princípio da universalidade, não é permitida a inclusão, no orçamento, de importâncias líquidas.
- 104** O ciclo orçamentário inicia-se a partir da discussão, da votação e da aprovação da lei orçamentária.
- 105** Despesas de exercícios anteriores são despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deveria ocorrer o recolhimento.
- 106** No modelo orçamentário brasileiro, são observadas classificações para a despesa e para a receita; no que se refere à despesa, as principais são a institucional, a funcional e a administrativa.
- 107** O plano plurianual (PPA) apresenta a visão de futuro para o país, os macrodesafios e os valores que guiam o comportamento para o conjunto da administração pública federal. Nesse sentido, a lei do PPA deverá dispor sobre a forma de utilização e o montante da reserva de contingência.
- 108** A alteração orçamentária qualitativa implica necessariamente a criação de uma nova ação.

Julgue o item a seguir com base na situação hipotética apresentada.

- 109 Situação hipotética:** A Organização Mundial da Saúde, recentemente, declarou determinada doença como uma emergência de saúde pública global. Por essa razão, em 2022, alguns estados e(ou) municípios entraram em calamidade em decorrência do aumento dos casos reportados da referida doença. **Assertiva:** Nessa situação, para alocar recursos adicionais ao orçamento com o objetivo de atender aos estados e(ou) municípios atingidos, deve-se utilizar o mecanismo retificador do orçamento denominado crédito ordinário.

A seguir, é apresentado um demonstrativo financeiro hipotético de determinado ente subnacional, cujos valores estão em reais.

receita industrial	1.000
operações de crédito	500
alienação de bens	100
receita patrimonial	100
taxas	500
amortização	500
impostos	10.000
contribuições de melhoria	100

Com base nas informações precedentes, julgue os próximos itens.

- 110** O valor da receita de capital é de R\$ 1.000.
- 111** O valor da receita corrente é de R\$ 11.700.

No mês de setembro de 2022, determinado ente subnacional enviou um projeto de lei orçamentária à Assembleia Estadual com estimativa da receita do IPVA para os anos de 2023, 2024 e 2025, nos valores, em milhares de reais, apresentados na seguinte tabela.

item	2023	2024	2025
receita bruta dos fatos geradores do exercício	1.600.000	1.650.000	1.700.000
(-) desconto para pagamento em cota única	50.000	55.000	60.000
(-) inadimplência estimada	200.000	210.000	215.000
(+) arrecadação estimada de exercícios anteriores	20.000	21.000	22.000
(+) receita estimada da dívida ativa	100.000	110.000	120.000
(+) receita estimada de multas e juros	18.000	20.000	21.000
(-) renúncia estimada	150.000	160.000	170.000
(=) receita líquida prevista de IPVA	1.338.000	1.376.000	1.418.000

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 112** Se, ao final do exercício de 2023, a receita arrecadada de IPVA alcançar o valor de R\$ 1.300.000, devido ao aumento da inadimplência para R\$ 238.000, deverá ser inscrito em dívida ativa o valor de R\$ 238.000.
- 113** No momento da elaboração do projeto de lei orçamentária anual de 2023, a receita do IPVA encontrava-se no estágio de lançamento.

A secretaria de educação de determinado ente subnacional realizou a regular licitação para a compra de mantimentos para compor a merenda escolar. Dessa forma, entende-se que o empenho foi concluído. Posteriormente, a entrega dos mantimentos foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2021. Em virtude da burocracia interna, o pagamento foi realizado trinta dias após a entrega dos produtos. Considerando essas informações, julgue os itens subsequentes.

- 114** O estágio do recolhimento da despesa foi concretizado em 2021.
- 115** A referida despesa será registrada como restos a pagar não processados.

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco adquiriu um lote de computadores e o processamento dessa despesa ocorreu da seguinte forma: empenhamento em 9/12/2021; recebimento dos computadores em 29/12/2021; pagamento da despesa em 19/1/2022. A contabilização da aquisição dos computadores atendeu às normas previstas na Lei n.º 4.320/1964.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

- 116** A despesa foi corretamente registrada em 31/12/2021 como dívida fundada.

---

Considerando o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens seguintes.

- 117** O empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado; já o empenho estimativo aplica-se às despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
- 118** O suprimento de fundos constitui exceção quanto à realização de procedimento licitatório, sendo utilizado, por exemplo, para o atendimento de despesas de pequeno vulto das escolas públicas pernambucanas.
- 119** No processo regular de execução orçamentária, para que um ente público possa realizar o pagamento a fornecedores, após a licitação, a despesa a que o pagamento se refere deverá ter sido liquidada, apenas.

---

Em um dado exercício, ao final do segundo quadrimestre, determinado estado da Federação publicou os seguintes dados contábeis em seu relatório de gestão fiscal, de janeiro a agosto de 20XX.

- I Despesa líquida de pessoal: R\$ 28.204.564.057,03  
II Receita corrente líquida (RCL): R\$ 59.381.862.334,93

% do total da despesa com pessoal (TDP) para fins de apuração do limite – TDP sobre a RCL 47,49%

Limite máximo: % 49,00%

Limite prudencial: 46,55%

Limite de alerta: 44,10%

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 120** Na situação em questão, considerando-se os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e o fato de o estado ter ultrapassado o limite prudencial da despesa com pessoal, o governador não poderá criar novos cargos públicos que impliquem aumento da despesa com pessoal.

---

**Espaço livre**